

EDITORA



UnB

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Catarina de Almeida Santos
Andréia Mello Lacé
Ana Maria de Albuquerque Moreira
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

(organizadoras)



 EXTENSÃO
INSURGENTE



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

**Do centenário de Paulo Freire e
Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB**

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

(organizadoras)



Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial	Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Maria Thalita dos Santos Pessôa
Diagramação	Larissa Gomes dos Santos Viana
Fotos de capa	Paulo Freire Contemporâneo, frame de vídeo - Ministério da Educação, via Domínio Público Darcy Ribeiro - Cedoc - Arquivo Central UnB Universidade de Brasília - Beto Monteiro
	© 2023 Editora Universidade de Brasília
	Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF CEP: 70910-900 Site: www.editora.unb.br E-mail: contatoeditora@unb.br
	Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

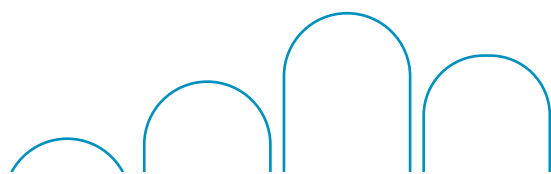
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

E24 Educadoras e educadores brasileiros [recurso eletrônico] : do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB / (organizadoras) Catarina de Almeida Santos ... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2024.
170 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-270-5.

1. Universidade de Brasília - História. 2. Educadoras - Brasil. 3. Educadores - Brasil. I. Santos, Catarina de Almeida (org.).

CDU 37 (81)



Sumário

Prefácio 7

Olgamir Amancia Ferreira

Os 60 anos da Universidade necessária e as educadoras e os educadores brasileiros 11

Catarina de Almeida Santos
Andréia Mello Lacé
Ana Maria de Albuquerque Moreira
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

Paulo Freire: educando para a libertação 21

Cristiano Garboggini Di Giorgi
Andréia Nunes Militão

Do direito à educação à Universidade de Brasília no pensamento anisiano 37

Maria Zélia Borba Rocha

Florestan Fernandes e a educação: da Campanha de Defesa da Escola Pública à construção de uma pedagogia socialista 57

Diogo Valença de Azevedo Costa

Nísia Floresta: autobiografia, pesquisas e perspectivas 75

Alyanne de Freitas Chacon

Formação social, estado e educação brasileira: o projeto quilombista como alternativa civilizatória e pedagógica em Abdias do Nascimento 93

André Luis Pereira
Camilla Meneguel Arenhart



Nise da Silveira: uma educadora rebelde 111

Felipe Magaldi

Anália Franco: a educadora que o Brasil precisa conhecer 129

Samantha Lodi-Corrêa

**Os 60 anos da UnB no centenário de Darcy Ribeiro
e a necessária luta por um novo amanhecer** 149

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira


Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

Um posfácio, um convite ao inacabamento 157


Andressa Pellanda

Nise da Silveira e a humanização da doença mental 161

Franklin Chang



Florestan Fernandes e a educação: da Campanha de Defesa da Escola Pública à construção de uma pedagogia socialista



Diogo Valença de Azevedo Costa

A educação sempre esteve presente nos horizontes intelectuais de Florestan Fernandes. Pela sua origem *lumpen*, como costumava se referir a si mesmo, o direito à educação esteve ausente em grande parte da infância, realidade de muitos brasileiros posteriormente saturada conceitualmente em suas análises sociológicas. Sua mãe, Dona Maria Fernandes, imigrante portuguesa de origem camponesa e analfabeta, trabalhou como empregada doméstica na casa de Dona Hermínia Bresser de Lima, sua madrinha, pertencente a uma das famílias quatrocentonas de São Paulo. Florestan viveu um tempo nessa casa, conhecendo por dentro um pouco da cultura ilustrada das elites e educou-se até o terceiro ano em uma escola particular. Em seguida, após ir morar sozinho com sua mãe, interrompe completamente o estudo aos nove anos. O menino engraxate, que passara a ganhar a vida como um adulto, tornou-se autodidata, leitor assíduo e enfrentou um longo período exclusivo de educação informal.

Essa jaula de ferro só seria quebrada quando retoma os estudos formais aos dezessete anos, no curso de madureza (hoje Educação de Jovens e Adultos) do Ginásio Riachuelo. Mas seria pela sua experiência de trabalho como garçom no Bar Bidu da Rua Líbero Badaró que pôde agarrar essa oportunidade. Por meio dos frequentadores desse bar, alguns dos quais professores do ginásio, teve a possibilidade de conseguir um desconto em suas mensalidades. As portas estavam fechadas aos “de baixo”; por isso, a educação, como tema de investigações sociológicas, terá uma presença central na obra de Florestan Fernandes, mas como uma espécie de sociologia das ausências: a educação como privilégio ainda é um dos graves sintomas de uma sociedade adoecida pelo capitalismo dependente e selvagem da periferia do sistema mundial.

Nos trabalhos sobre folclore, os Tupinambá, os negros, o desenvolvimento, o subdesenvolvimento e o capitalismo dependente, em todos eles a educação emerge como um processo social básico que nos ajuda a explicar e compreender os dilemas históricos de cada

tipo específico de sociedade examinado. No entanto, será em sua militância como defensor da Escola Pública que sua sociologia educacional se tornará mais evidente e expressará o conjunto de suas potencialidades. A educação, analisada como um dos aspectos dinâmicos das estruturas sociais, não era determinada apenas por condições, fatores e efeitos de outra ordem (econômica, social, política, cultural etc.), mas também emanava suas influências reversíveis sobre esse conjunto articulado de dimensões da totalidade social, reconstruída a partir das tensões e dilemas históricos das forças sociais em equilíbrio sempre instável e precário.

Na Campanha de Defesa da Escola Pública (1959-1961), Florestan Fernandes não colocava sua posição de intelectual socialista na linha de frente, mas atuava como um sociólogo procurando colaborar com diagnósticos objetivos dos problemas e dilemas educacionais de uma sociedade de classes subdesenvolvida. Embora o socialismo pudesse estar presente como horizonte utópico de um futuro mais distante, ele admite diversas vezes que os seus diagnósticos e reconstruções sociológicas da realidade eram feitos levando em conta os requisitos ideais de uma sociedade de classes ou de uma ordem social competitiva, aberta e nacionalmente autônoma. Em outras palavras, combateu para realizar uma das utopias dos pioneiros da Educação Nova: a democratização do ensino dentro dos marcos de um autêntico regime republicano.

Em meados do século XX, essa era uma posição bastante progressista. Embora tivesse conhecimento das inconsistências do radicalismo burguês à brasileira, Florestan Fernandes temperou esse ideário republicano com suas convicções socialistas, levando suas conclusões lógicas e exigências morais até as últimas consequências. Sob esse prisma, atuou como um verdadeiro jacobino na defesa da democratização do ensino. No entanto, as forças conservadoras e reacionárias, representantes dos interesses confessionais católicos e dos setores empresariais e privados da educação, ganharam terreno e saíram vitoriosas diante das reivindicações progressistas da Campanha de Defesa da Escola Pública.

Nesse momento de embates, nunca procurou explicitar abertamente suas concepções pedagógicas. Entretanto, podemos identificar uma filosofia educacional implicitamente presente, de caráter democrático, republicano, popular e com tendências socialistas, ainda que não tenha sido conceitualmente sistematizada. Por possuir um raro senso de proporções e humildade intelectual, sempre considerou que essa última tarefa não lhe caberia como sociólogo, mas sim a outras categorias intelectuais, como os educadores. Contudo, seria essa filosofia educacional implícita que inspiraria suas análises sociológicas dos dilemas educacionais brasileiros. Somente após o golpe empresarial-militar de 1964, quando todas as ilusões de uma revolução burguesa em moldes nacionais e democráticos no Brasil foram rompidas, é que Florestan Fernandes começou a retrabalhar suas concepções pedagógicas, sem nunca ter explicitado tal objetivo. Seu intuito era nos legar uma filosofia educacional libertária e socialista.

Se antes os matizes liberal, democrático e socialista se confundiam na defesa da Escola Pública, a partir da década de 1970 os contornos de uma concepção libertária, revolucionária e proletária da educação, como parte do processo político de autoemancipação das classes trabalhadoras e das massas populares, passam a orientar suas análises sociológicas a serviço da militância partidária, levando em conta sua atuação parlamentar na Constituinte e na Câmara

dos Deputados. A construção dessa pedagogia socialista não se dá da noite para o dia, mas ela já estará presente em suas análises da Revolução Cubana e alcançará sua expressão máxima na sua atividade intelectual como “publicista revolucionário” (Silveira, 1987). Essa fase de autoexigente união entre teoria e prática o acompanhou em sua militância socialista dentro do Partido dos Trabalhadores (1986-1995) até os momentos finais de sua vida.

Apesar de bastante diversos entre si, esses dois momentos, que representam, respectivamente, suas posições distintas durante as décadas de 1950 a 1960, marcadas pela Campanha de Defesa da Escola Pública, e durante as décadas de 1970 a 1990, caracterizadas por uma síntese socialista e libertária de suas concepções pedagógicas e filosofia educacional, têm em comum o caráter popular de sua luta pela democratização da educação. Embora esse caráter popular se expresse no primeiro momento como um ideal republicano e no segundo como um horizonte utópico de construção de uma consciência revolucionária de autoemancipação das massas e classes trabalhadoras, entre esses dois momentos situa-se um período intermediário de transição, mais intenso nos anos de 1967 e 1968, em que a participação nos debates da reforma universitária passa a vincular suas investigações da educação mais diretamente à sua própria categoria, então ainda em elaboração, de capitalismo dependente.

Não há um vínculo teleológico entre um momento e outro, pois as mudanças no pensamento de Florestan Fernandes se deram com base nas transformações históricas e políticas nos planos interrelacionados das sociedades brasileira e latino-americana, e do sistema capitalista mundial, nos quais se combinam tendências esperadas (realizadas parcial ou totalmente, ou ainda, sequer efetivadas) e situações imprevisíveis. Uma leitura rigorosamente diacrônica (isto é, histórica e cronológica) da obra do autor permite observar, contudo, os rumos específicos tomados pelo seu pensamento educacional e suas concepções pedagógicas. O objetivo do presente texto será fornecer, em linhas bastante gerais e sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, um itinerário das visões sociológica e filosófica de Florestan Fernandes sobre a educação.

A exposição foi dividida em quatro partes. Na primeira, será brevemente abordado o lugar da educação nas investigações sociológicas de Florestan Fernandes, ressaltando o fenômeno educacional como uma das dimensões dos processos sociais. Na segunda, serão debatidas sua caracterização teórica do “dilema educacional brasileiro” e sua participação na Campanha de Defesa da Escola Pública. Na terceira, emergirá a mudança de rumo de seu pensamento educacional durante sua militância no movimento da reforma universitária. Na quarta e última parte, será reconstruída sua concepção pedagógica libertária e socialista. A amplitude dos temas aqui mencionados revela como a trajetória individual de Florestan Fernandes se confunde com a história coletiva das lutas pela democratização da educação no Brasil.

A educação como processo social

A educação, como processo social básico e parte integrante da estrutura e sistema sociais, estará presente no conjunto das investigações sociológicas mais importantes de Florestan Fernandes. Essa presença transversal do fenômeno educacional como uma dimensão

essencial da vida em sociedade, atravessando várias de suas pesquisas sobre as mais diferentes temáticas, já foi largamente demonstrada por Débora Mazza (2003). Em relação às suas investigações socioantropológicas sobre o folclore infantil, essa autora afirma:

Florestan incorporou o conceito de “ser social” de Durkheim para contrapô-lo ao “ser individual”, sugerindo que os grupos infantis socializavam a criança, atuando no mesmo sentido que a paróquia, a escola e a família na formação do ser social e no desenvolvimento da personalidade dos imaturos. A socialização da criança proporcionada pela cultura infantil folclórica se daria num processo de educação informal, ou seja, na transmissão de experiências e de conhecimentos aos imaturos pelo intercâmbio cotidiano, durante a interação espontânea das crianças (Mazza, 2003, p. 123).

Os grupos infantis, conforme analisado pioneiramente por Florestan Fernandes em *As “Trocinhas” do Bom Retiro*, promovem, por meio do folclore, a “educação da criança, entre as crianças e pelas crianças” (Fernandes, 1979, p. 176). Segundo o nosso autor, “a criança é modelada, é formada também através dos elementos da cultura infantil, pois esses elementos põem-na em contato direto com os valores da sociedade” (Fernandes, 1979, p. 176). Em *Educação e sociedade no Brasil* (Fernandes, 1966), o autor retoma o tema da educação por meio do folclore e da recreação em dois textos contidos na quarta parte, intitulados “Educação e recreação” e “Implicações educacionais do desarmamento infantil”. Encontramos outros exemplos de uma relação mais direta entre folclore e educação nos livros *O folclore em questão* (Fernandes, 1989b) e no já citado *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Esta rápida listagem é suficiente para demonstrar o quanto sua perspectiva educacional constitui um elemento essencial de seus trabalhos sobre o folclore.

No caso da sua pesquisa sobre a sociedade Tupinambá presente no livro *Educação e sociedade no Brasil*, o sociólogo paulistano irá republicar um de seus roteiros de aula intitulado “Notas sobre a educação na sociedade Tupinambá”. Este capítulo foi disposto ao final da primeira parte do livro, intitulada “A educação na sociedade brasileira”. É muito interessante o modo como Florestan Fernandes justifica a presença destas suas notas de aula sobre a educação entre os Tupinambá em relação aos demais escritos:

o trabalho sobre os Tupinambá, que completa esta série, não tem ligação aparente com os demais. No entanto, ele oferece um ponto de comparação sugestivo: mostra-nos como uma sociedade integrada consegue mobilizar e aplicar os recursos educacionais de que dispõe. Teríamos de conseguir êxito análogo para inserir o nosso sistema de educação escolarizada nos quadros de funcionamento de uma civilização que confere às instituições escolares complexas funções, tanto estáticas quanto dinâmicas. Não deixa de ser, ao mesmo tempo, sintomático e grave o fato de termos que reconhecer que ainda não alcançamos um padrão de eficácia correspondente ao dos povos aborígenes na solução dos problemas educacionais com os quais nos defrontamos (1966, p. xvii-xviii).

Essa visão do autor contrasta frontalmente com as posturas etnocêntricas e depreciativas de setores da sociedade brasileira contra os povos originários, que vêm, aliás, justificando o atual genocídio socioambiental que temos presenciado na política brasileira nacional. A forma como os antigos Tupinambá utilizavam a educação se revelava mais condizente com seu tipo específico de organização social. A invasão do branco colonizador veio desestruturar esse sistema, substituindo-o por padrões de educação disruptivos das personalidades e coletividades. Em termos de ajustamento ao seu meio social e ambiente, a educação oferecida pelos Tupinambá às suas crianças era muito mais avançada em termos de preparação do indivíduo para a vida adulta. A educação colonialista, baseada na catequese religiosa ou em horizontes laicos, iria atuar como um fator dissolvente da organização social dos povos originários, ocasionando até os dias atuais graves problemas sociais e dilemas históricos na sociedade brasileira pela atualização em novas bases da violência simbólica colonialista.

Por fim, no caso dos trabalhos sobre relações raciais, o elemento educacional estará presente nas análises de Florestan Fernandes sobre a construção dos movimentos de protesto negro. Certamente, essa seria apenas uma das dimensões em que a educação se encontra presente, pois a perspectiva educacional também orienta sua análise dos mecanismos sociológicos de mobilidade social e de autoafirmação de setores da população negra na luta para superar as barreiras raciais para uma integração igualitária na sociedade nacional. Nesse sentido, Florestan irá apontar o papel educativo da Frente Negra Brasileira (1931-1937), o primeiro movimento de caráter urbano e de massas, com expressão em diferentes estados, representativo dos interesses e da consciência política do povo negro:

os movimentos negros visavam consolidar e difundir um dado tipo de consciência da situação racial brasileira, congregar e reeducar os interessados em debatê-la e em combatê-la; e, por fim, convertê-los em uma força irresistível capaz de alterar a referida situação (Fernandes, 2008, p. 47).

As palavras “reeducar” e “reeducação” representavam uma das tônicas da Frente Negra Brasileira. Pois era necessário “reeducar” o branco para que este pudesse eliminar o seu próprio racismo (“preconceito de cor” e “discriminação racial”, categorias do movimento negro da época, as quais Florestan Fernandes passou a assumir) e “reeducar” o negro para que este passasse a enfrentar em condições mais igualitárias a competição com o branco na sociedade de classes. Assim, nosso autor afirma, baseando-se em opiniões contidas nos jornais da própria comunidade negra paulistana, que a educação se torna uma ferramenta de competição com os brancos, por meio da “descoberta da importância da instrução e da escola como requisitos para competir com êxito com os ‘brancos’ e como fator de integração à ordem social vigente” (Fernandes, 2008, p. 129).

É certo que ao longo de toda esta obra, *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes aponta as barreiras educacionais quase intransponíveis que impedem a correção da estratificação racial, de maneira que o autoprivilegiamento do branco no monopólio da educação pode ser considerado um fator negativo de democratização das nossas relações raciais. As reações sociopáticas às ações afirmativas e à política de cotas seriam exemplos bastante concretos disso. A manutenção do status quo racial dominante seria um dos meios

para preservar as posições vantajosas e privilégios dos brancos na divisão racial do trabalho, dissociando a compreensão do racismo das formas de exploração capitalista. O racismo não é uma forma de opressão dissociada da relação social de exploração, mas assume uma posição estrutural também como relação específica de exploração, imbricada à classe. Em *Significado do protesto negro* (Fernandes, 2017), que reúne escritos da década de 1980, Florestan já percebe o potencial revolucionário de fundir raça e classe, apontando aí a necessidade de construção pedagógica de uma consciência socialista nas lutas antirracistas.

Essas breves passagens demonstram como a perspectiva educacional esteve presente no conjunto das investigações sociológicas de Florestan Fernandes. Essa sensibilidade irá aproximá-lo dos educadores, com os quais sempre procurará colaborar a partir de um rico horizonte interdisciplinar, e dos movimentos sociais em defesa da educação pública. Por isso, no próximo tópico, seria relevante analisar sua caracterização sociológica do “dilema educacional brasileiro”, com a qual fundamenta intelectualmente sua militância política na Campanha de Defesa da Escola Pública.

O dilema educacional brasileiro e a Campanha de Defesa da Escola Pública

A noção de dilema ganha uma forte centralidade na obra sociológica de Florestan Fernandes, representando as inconsistências históricas e estruturais entre valores e realidade no interior de uma dada ordem social. Assim, os dilemas não remetem simplesmente a alternativas políticas viáveis, e muito menos a um ato de vontade dos agentes sociais, mas sim às impossibilidades estruturais da própria transformação da ordem social em direção à realização de seus *mores* ou valores ideais consagrados. Ao mesmo tempo, tais dilemas se desdobram em diferentes dimensões do tecido social, nas suas esferas econômicas, políticas e culturais.

Uma das primeiras formulações da noção de dilema ocorre justamente nas reflexões do autor sobre a importância institucional e política da educação para as propostas de planejamento, encarado como um processo democrático de superação dos problemas das sociedades subdesenvolvidas. Tais posições, localizadas nos horizontes práticos e teóricos de Florestan Fernandes ao longo da década de 1950, resultam em grande parte de sua aproximação com dois dos principais quadros intelectuais do movimento da Escola Nova: Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Em sua contribuição ao Symposium sobre os Problemas Educacionais Brasileiros, patrocinado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais e publicado originalmente numa versão mimeografada em 1958, Florestan Fernandes caracteriza o “dilema educacional brasileiro” a partir da situação histórica do subdesenvolvimento. “Essa breve digressão mostra-nos em que consiste o ‘dilema’ educacional brasileiro. Como ocorre com outros países subdesenvolvidos, ele é de fundo institucional” (Fernandes, 1976, p. 197). O descompasso entre o sistema educacional e sua real capacidade de absorver as necessidades da sociedade brasileira se encerra num “círculo vicioso” difícil de ser quebrado:

o sistema educacional brasileiro abrange instituições escolares que não se ajustam, nem qualitativa nem quantitativamente, às necessidades educacionais prementes, que são compartilhadas em escala nacional ou que variam de uma região para outra do país. Daí ser urgente e vital alterar a estrutura, o funcionamento e o modo de integração dessas instituições. O aspecto prático desse “dilema” revela-se nesse plano: o reconhecimento dos problemas educacionais de maior gravidade e a realização dos projetos de reforma educacional esbarram, inelutavelmente, com diversos obstáculos, do apego a técnicas obsoletas de intervenção na realidade à falta de recursos para financiar até as medidas de emergência. Em resumo, o referido “dilema” possui dois polos, ambos negativos. Primeiro, instituições deficientes de ensino, que requerem alterações complexas, onerosas e profundas em três níveis: a) como unidades de trabalho didático, em sua organização interna; b) como parte de um sistema comunitário de instituições sociais, em suas conexões funcionais com as necessidades estáveis e variáveis do meio social imediato; c) como parte de um sistema nacional de vida, em suas conexões funcionais com os requisitos dinâmicos da continuidade da ordem social inclusiva. Segundo, meios de intervenção insuficientes para fazer face, com expectativas definidas de sucesso, às exigências práticas da situação nesses três níveis. Todavia, não resta outra alternativa senão explorar as possibilidades de controle asseguradas pelos meios de intervenção disponíveis. A esse respeito, o Brasil está em posição análoga à dos demais países subdesenvolvidos, o que conduz *ao mais completo e perfeito círculo vicioso* que a mente humana pode conceber. As condições do subdesenvolvimento geram problemas, cuja gravidade aumenta em função das dificuldades materiais ou humanas em resolvê-los, o que faz com que a intervenção deliberada, quando bem-sucedida, contribua muito pouco para alterar a situação inicial. O esforço precisa ser repetido, porém, quantas vezes for indispensável, para não se perder a pequena vantagem conquistada. Pensamos que esse esboço remata a caracterização do que chamamos de “dilema educacional brasileiro”. A relação entre meios e fins, no que concerne às perspectivas de controle dos problemas educacionais mais prementes, não prenuncia nenhuma espécie de êxito seguro e rápido. Tal circunstância indica, de ângulo inteiramente positivo, que a transformação do sistema educacional de um povo em fator de desenvolvimento depende, de modo direto, da intensidade, do volume e da direção das esperanças coletivas depositadas na educação sistemática. Não há dúvidas de que a educação modela o homem. Mas é este que determina, socialmente, a extensão das funções construtivas da educação em sua vida¹ (Fernandes, 1958/1976b, p. 197-198, grifos nossos).

Isso quer dizer que, em termos políticos, para romper esse círculo vicioso do dilema educacional nos países periféricos e subdesenvolvidos, seriam indispensáveis investimentos maciços em educação. Tais investimentos não devem ser concebidos somente numa dimensão restritivamente econômica, mas, sobretudo, como uma mudança efetiva da

¹ O recurso à longa citação se deve à complexidade da caracterização histórico-sociológica de Florestan Fernandes da noção de “dilema educacional”. Dessa forma, recortar o conceito conduziria ao risco de fragmentar o pensamento do autor numa de suas dimensões mais fundamentais. É importante frisar, ainda, que tal debate sobre o “dilema educacional brasileiro” se relaciona com suas concepções sobre sociologia aplicada e planejamento social. O próprio título do ensaio do qual foi extraída a passagem, “A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada”, sugere isso explicitamente. Nos horizontes de sua perspectiva mannheimiana dos anos 1950, educação e planejamento são indissociáveis.

mentalidade social média em direção a concepções democráticas de defesa da autonomia e liberdade dos indivíduos, num processo mais amplo de formação cultural. Assim, as concepções educacionais retrógradas, baseadas no princípio da autoridade, deveriam dar lugar a filosofias democráticas na educação, de modo a capacitar as cidadãs e cidadãos para refletirem e atuarem criticamente em sua própria sociedade. Isso exigiria uma rearticulação de todo o sistema de ensino nos seus três níveis (primário, secundário e superior, à época em que Florestan Fernandes escrevia), para que cada um deles funcionasse de maneira integrada aos demais. A revolução educacional, entendida como universalização do direito de acesso aos três níveis de ensino, seria um dos meios, aliado a outras mudanças vitais nas áreas econômica, social, política e cultural, para superar o subdesenvolvimento e construir uma sociedade democrática.

Os dilemas são fenômenos de estratificação social que, ao reproduzirem estruturas específicas de desigualdade, baseadas em diferentes critérios como raça, etnia, gênero, classe, região, orientação sexual etc., ao mesmo tempo alimentam, pelo menos num plano ideal, as utopias e alternativas valorativas de sua superação histórica. Isso implica, por um lado, que os dilemas irão se perpetuar indefinidamente, inclusive intensificando seus aspectos disruptivos e desagregadores, mesmo com mudanças nos padrões internos de organização de suas estruturas sociais constitutivas; por outro lado, há a possibilidade de superação do dilema, de quebra do “círculo vicioso”, mediante uma construção política coletiva dos movimentos sociais vinculados aos grupos dominados e subalternos. O modo como Florestan Fernandes construiu a categoria sociológica de dilema irá embasar sua práxis teórica na Campanha de Defesa da Escola Pública.

Na terceira parte de *Educação e sociedade no Brasil*, intitulada “A conspiração contra a escola pública”, Florestan Fernandes reúne o conjunto de seus trabalhos escritos no calor de sua militância intelectual na Campanha de Defesa da Escola Pública. Esse movimento pode ser interpretado como uma ampla frente política, hegemonizada pelos educadores de orientação liberal. A participação do sociólogo paulistano nesses debates foi marcada pela defesa intransigente da possibilidade de construção de uma ordem social democrática, dado que os setores confessionais católicos e os grupos privatistas e empresariais na educação estavam lutando pela possibilidade de interferir na política educacional do Estado republicano brasileiro. Alguns desses setores eram fortemente contrários ao ensino laico e queriam resguardar as posições da Igreja Católica nas disputas pela hegemonia cultural. Aprofundando suas análises dos dilemas políticos da sociedade brasileira na esfera educacional, Florestan Fernandes passa a falar de uma “resistência sociopática à mudança” por parte das elites, pois mesmo os ideais republicanos de um ensino público, laico e universal eram repelidos em prol de interesses egoísticos, particularistas, antissociais e antidemocráticos. As elites das classes dominantes almejavam todas as vantagens da modernidade capitalista no âmbito econômico, sem terem de arcar com os riscos políticos da democratização da educação e a conseqüente formação da consciência crítica nas camadas populares.

Não seria este o lugar para uma explanação detalhada dos desdobramentos históricos da Campanha de Defesa da Escola Pública,² importando apenas localizar a participação de Florestan Fernandes no conjunto dos grupos políticos, que, entre si, eram bastante díspares ideologicamente e se aproximaram em favor de um mesmo objetivo. Nesse sentido, havia o grupo de educadores originariamente ligados ao movimento da Escola Nova, de orientação pragmatista na filosofia, como Almeida Júnior, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira; o grupo de educadores liberais, de orientação idealista (Saviani, 1996, p. 80), que se mobilizavam em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual se situavam João Eduardo Rodrigues Villalobos, Roque Spencer Maciel de Barros e Laerte Ramos de Carvalho; por fim, o grupo articulado pelo próprio Florestan Fernandes, que tinha como eixo de gravitação a Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo.³ Florestan Fernandes, sem ser liberal pragmático ou idealista, foi aquele que talvez tenha assumido o lado mais jacobino, *sans-culotte* ou radical-popular, dessa luta em defesa da escola pública. Em um escrito intitulado “Análise e crítica das Diretrizes e Bases”, que lhe servira de roteiro geral de exposição em diversas de suas intervenções na campanha, sendo, por isso, difícil determinar o ano exato em que foi redigido, Florestan Fernandes descreve assim o movimento:

participam da *Campanha de Defesa da Escola Pública* pessoas de diferentes credos políticos. Pois bem, nenhum de nós deu precedência às suas convicções íntimas sobre o objetivo comum. Limitamo-nos a defender ideias e princípios que deixaram de ser matéria de discussão política nos países adiantados. Tudo se passa como se o Brasil retrocedesse quase dois séculos em relação à história contemporânea daqueles países, e como se fôssemos forçados a defender, com unhas e dentes, os valores da Revolução Francesa! É uma situação que seria cômica, se não fossem as graves consequências que dela poderão advir. A nossa posição social pesa-nos como incômoda. Apesar de socialista, somos forçados a fazer a apologia de medidas que nada têm a ver com o socialismo e que são, sob certos aspectos, retrógradas. Coisa análoga ocorre com outros companheiros, por diferentes motivos.

² Duas obras fundamentais para conhecer aspectos históricos e ideológicos da Campanha de Defesa da Escola Pública são os livros *Diretrizes e bases da educação nacional* (Barros, 1960) e *Diretrizes e bases da educação: ensino e liberdade* (Villalobos, 1969). Ambos os autores participaram ativamente do movimento. O livro organizado por Barros é, na verdade, uma compilação de documentos históricos produzidos pela organização da Campanha e das intervenções públicas de seus principais representantes.

³ Dermeval Saviani (1996, p. 80) distingue os dois grupos de intelectuais liberais a partir de suas concepções filosóficas pragmatista e idealista, identificando o grupo de Florestan Fernandes, em torno da cadeira de Sociologia I, com uma tendência socialista. São citados os nomes de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e, ainda, de Wilson Cantoni (este último não vinculado à referida cadeira) como representantes da perspectiva socialista na Campanha. Entretanto, essa identificação da cadeira de Sociologia I com o socialismo extrapola o posicionamento individual de Florestan Fernandes. Alguns de seus assistentes e auxiliares de ensino e pesquisa na Sociologia I e no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, o CESIT, não tinham qualquer identificação com o socialismo ou, quando tiveram, assumiram posteriormente posições mais liberais e mesmo conservadoras. A afirmação do socialismo parece ser mais uma posição individual de Florestan Fernandes entre os participantes do movimento de defesa da escola pública.

Pusemos acima de tudo certas reivindicações que são essenciais para a ordem democrática no Brasil. Essa ordem constitui um requisito para qualquer desenvolvimento tecnológico, econômico, político, social etc., da sociedade brasileira. Ela deve ser, por conseguinte, o objetivo central de todos os que pretendam, por uma via ou por outra, enveredar o Brasil na senda da civilização moderna (Fernandes, 1966, p. 427).

É uma ironia da história que alguns dos participantes da Campanha posteriormente tenham permanecido calados diante do golpe de Estado de 1964, enquanto outros colaboraram diretamente como quadros intelectuais da ditadura. Florestan Fernandes, como consciência histórica limite do movimento em defesa da escola pública, manteve-se fiel aos horizontes democráticos, à utopia socialista e a uma filosofia de vida radicalmente humanista e antiautoritária. Assim, rompeu com esses nomes e, ao mesmo tempo, opôs-se uma firme resistência à contrarrevolução preventiva dos empresários e militares. O golpe ocorreu justamente para destruir as mobilizações em prol das reformas de base, incluindo a democratização do ensino e a universalização do direito à educação. A ditadura foi responsável pela ampliação do fosso histórico entre ricos e pobres, perpetuando a tradição colonialista, estamental e de raiz escravocrata da educação como privilégio. Os efeitos nocivos do “dilema educacional brasileiro” não apenas se intensificaram, mas também incorporaram novas determinações históricas em face da incorporação dependente e dos dinamismos internacionais da fração hegemônica do capital financeiro.

A Campanha de Defesa da Escola Pública foi uma guerra perdida, com pequenas batalhas vencidas pelas forças democráticas. Em termos de aprendizagem, Florestan Fernandes retirou dela algumas lições que o ajudaram a aguçar suas análises sobre os limites políticos e históricos da burguesia brasileira. O regime ditatorial de 1964 irá se valer do terror do Estado como estratégia psicológica de dissuasão da *intelligentsia* radical, crítica e militante, sem qualquer sucesso no caso de Florestan Fernandes, que elegerá no campo educacional a bandeira de luta por uma autêntica reforma democrática das estruturas e concepções pedagógicas da universidade brasileira. Essa foi sua principal frente de oposição ao processo contrarrevolucionário,⁴ o debate das reformas universitárias entre 1967 e 1968, aproximando agora suas análises do ensino superior da elaboração *in statu nascendi* de sua categoria de capitalismo dependente.

⁴ O termo “contrarrevolucionário” tem sido utilizado pelos apologistas do terrorismo de Estado de 1964 para justificar o golpe ilegal e ilegítimo. Diante dos riscos de uma revolução comunista, os militares teriam se antecipado para defender a civilização cristã, a democracia e o mundo livre ocidental. Essa versão delirante da história ganhou amplitude no bolsonarismo e tem sido disseminada nos meios de comunicação de massa vinculados a setores da extrema direita. No entanto, o termo “contrarrevolucionário”, que possui um sentido histórico muito específico para Florestan Fernandes, pode e deve continuar a ser empregado para designar a reação política violenta, armada ou não, contra avanços sociais e democráticos, a exemplo da resistência das elites das classes dominantes às reformas estruturais ou de bases. No vocabulário de Florestan Fernandes, a contrarrevolução de 1964 impediu uma autêntica “revolução dentro da ordem”, isto é, a conquista de um patamar mínimo de independência e autonomia nacional mesmo nos limites da ordem social capitalista.

Os debates sobre a reforma universitária

Não seria possível recuperar todo o contexto dos debates sobre a reforma universitária ao longo dos anos 1960 no Brasil. Para uma perspectiva histórica mais abrangente, seria preciso remeter-se à leitura da trilogia de Luiz Antônio Cunha sobre a universidade brasileira: *A universidade temporã* (Cunha, 2007c), que focaliza as primeiras experiências de ensino superior no Brasil, baseadas nas escolas isoladas; *A universidade crítica* (Cunha, 2007a), que se debruça sobre as inquietações dos debates da comunidade acadêmica (docentes e, mais no final dos anos 50, os discentes) sobre a reforma universitária no período populista; *A universidade reformanda* (Cunha, 2007b), que trata da atuação do movimento reformista nos anos 60 e o conflito com o poder ditatorial, conservador e reacionário, instituído em 1964. Numa perspectiva *gramsciana*, esses três livros são fundamentais e ajudam a reconstituir, numa perspectiva de longa duração, o cenário histórico dos estudos sociológicos de Florestan Fernandes sobre as universidades brasileiras e latino-americanas.

De grande relevância para o exame crítico de documentos históricos, o livro de Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos* (Fávero, 1991), analisa duas propostas que subsidiaram a contrarreforma universitária da ditadura: o relatório do consultor estadunidense Rudolph Atcon, nascido na Grécia, mas naturalizado estadunidense; e as recomendações feitas ao MEC pela Comissão Meira Mattos. Em particular, o relatório elaborado na Comissão presidida pelo coronel Meira Mattos, com o objetivo de disciplinar, coibir e reprimir o movimento estudantil, foi uma das coisas mais indignas até hoje realizadas na história das universidades brasileiras. Sua orientação autocrática, antidemocrática, antissocial e de espírito fascista-totalitário lembra muito algumas das proposições do recente movimento conservador e reacionário “Escola sem Partido”. Essas ideias representavam o avesso do espírito universitário reflexivo.

A “reforma universitária consentida” da ditadura, como designada por Florestan Fernandes, foi instituída pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, juntamente com os documentos indicados acima e outros dispositivos legais que, apesar de ilegais em sua origem e essência, foram estabelecidos pelo regime autocrático-burguês (dentre os quais o próprio Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968). A inspiração era o modelo norte-americano de universidade, adequado à perspectiva empresarial, tecnocrática e burocratizada da incorporação periférica e dependente do Brasil ao capitalismo monopolista e à esfera de influência da superpotência capitalista mundial, os Estados Unidos. Essa política centralista, estabelecida e implementada de cima para baixo, contou com o respaldo dos setores conservadores da comunidade acadêmica, de professores e estudantes. Seus objetivos estavam sintonizados com a aceleração do crescimento econômico, com forte concentração de renda e exacerbação das nossas desigualdades. A retórica nacionalista dos militares detinha a “função latente”, para usar um conceito da sociologia funcionalista mertoniana, de ocultar essa incorporação dependente do país nos planos político, cultural, militar e econômico.

A participação de Florestan Fernandes no debate das reformas universitárias representa uma transição entre as posições assumidas na Campanha de Defesa da Escola Pública – mantidas deliberadamente, apesar de sua identificação socialista, nos limites históricos das aspirações liberais, democráticas e republicanas, numa espécie de aliança tática com os setores mais radicalizados das classes médias burguesas – e seus horizontes filosóficos de uma concepção pedagógica revolucionária, libertária, fundamentada no e pelo socialismo, abertamente defendidas nas décadas de 1970, 1980 e 1990. O próprio sociólogo paulistano irá considerar, como afirma no prefácio à segunda edição de *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* (Fernandes, 2020b, p. 36),⁵ escrito em 1978, suas posições no embate da reforma universitária como superadas. Os textos desse livro foram escritos entre 1967 e 1968 na sua quase totalidade.

No entanto, já no prefácio da primeira edição, escrito em 1968, Florestan Fernandes se afirmou como um socialista, observando que procurou situar as soluções políticas nos marcos de reformas progressistas “dentro da ordem”. Com isso, muito provavelmente, ele queria afirmar a defesa de uma reforma universitária capaz de vincular a universidade a um processo de autonomização cultural, produzindo os conhecimentos críticos necessários para a solução prática dos dilemas do subdesenvolvimento e da dependência. À época, Florestan Fernandes defendia o que chamava de “universidade integrada e multifuncional”, nos marcos de uma transformação estrutural da sociedade brasileira na direção da democracia, da autonomia nacional e de um desenvolvimento socioeconômico igualitário, dentro dos limites da própria sociedade de classes, da ordem social competitiva ou do sistema capitalista, ou seja, uma “revolução dentro da ordem”. Foi no âmbito de suas intervenções nos debates da reforma universitária que nosso autor começou a antecipar algumas das análises sobre a revolução burguesa na periferia do sistema e no capitalismo dependente.

O ponto de partida de suas análises nesse contexto era a crítica da antiga universidade, das faculdades ou escolas isoladas, tanto no Brasil como na América Latina. No quarto capítulo de *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”* (1976), intitulado “A universidade em uma sociedade em desenvolvimento”, essa conexão de sentido entre sua perspectiva crítica sobre os dilemas da universidade latino-americana e a revolução burguesa dependente dará o tom de sua avaliação sociológica dos limites históricos para a autonomização da pesquisa e do ensino universitários no Brasil, um fator decisivo, ainda hoje não realizado, para a superação do subdesenvolvimento e da subordinação científica e tecnológica. Esse ensaio foi escrito em 1966, pelo menos um ano antes da intensificação de sua participação no movimento da reforma universitária em 1967 e 1968. Por isso, as ideias aí contidas podem ser tidas como os fundamentos iniciais da participação de Florestan Fernandes na luta dos setores mais avançados da comunidade acadêmica por uma nova universidade. Nos seguintes termos, irá caracterizar, em 1966, a revolução burguesa nos países dependentes:

⁵ A primeira edição do livro data de 1975, não tendo sido publicado em 1968, ano em que foi redigido o prefácio original. Muito provavelmente, isso ocorreu devido à censura do regime ditatorial.

[...] as condições que cercaram essa transformação (capitalista na América Latina) imprimiram à “revolução burguesa” uma forma que pode ser considerada típica das sociedades capitalistas subdesenvolvidas: à integração do capitalismo comercial e financeiro seguiu-se um constante e relativamente intenso desenvolvimento urbano-industrial, sem que se tornasse possível extinguir estruturas sócio-econômicas pré-capitalistas e superar a posição heteronômica das economias capitalistas latino-americanas na organização do mercado mundial. Em consequência, a “revolução burguesa” engendrou um sistema capitalista diferenciado mas dependente, desembocando num impasse permanente que impede o crescimento econômico de operar como um fator nacional de autonomização sócio-econômica, política e cultural. Sob a égide desse capitalismo dependente, a América Latina continuou a produzir excedente econômico para fora, diferenciando e revitalizando, através de sua peculiar “revolução burguesa”, os interesses internos que subordinam o seu desenvolvimento aos dinamismos das nações capitalistas avançadas (Fernandes, 1976a, p. 155-156).

Na sequência imediata do ensaio Florestan Fernandes aponta as consequências dessas transformações para a ampliação do sistema de ensino. Mesmo limitado e distorcido, o desenvolvimento capitalista dependente foi positivo de alguma forma para a expansão das oportunidades educacionais nos diferentes níveis e no ensino superior. A sociedade de classes emergente necessitava de uma *nova universidade* em moldes modernos, por mais que a situação de dependência limitasse sua função autonomizadora nacional, em face das situações de interesse dos países capitalistas hegemônicos. Nesse sentido, a “reforma universitária” pretendida pelos setores conservadores não seria capaz de romper com “a dependência cultural crônica, em relação ao exterior” (Fernandes, 1976a, p. 159). Esse era o sentido dos acordos entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (os acordos MEC-USAID, tão combatidos pelas frações mais avançadas do movimento estudantil da época), tendo em vista os objetivos políticos de adaptar o ensino superior a uma posição submissa em face do imperialismo norte-americano. Florestan Fernandes defendia um outro tipo de universidade, “integrada e multifuncional”, que fosse capaz de produzir conhecimento novo e original nos diversos campos da cultura, da ciência, da tecnologia e da arte, com o objetivo de superar os dilemas do capitalismo dependente. Essas soluções, ainda situadas “dentro da ordem”, seriam substituídas por uma pedagogia socialista, porém tais reflexões sobre a reforma universitária foram essenciais para que suas concepções filosóficas educacionais ganhassem uma perspectiva anticapitalista enraizada em horizontes marxistas brasileiros e latino-americanos.⁶

⁶ Em *A questão da USP* (Fernandes, 1984), os posicionamentos políticos do sociólogo paulistano no debate sobre a universidade brasileira, e a USP em particular, podem ser conhecidos em termos de um relato mais pessoal, especialmente no terceiro capítulo, “A ilusão da história”. Este livro não foi abordado na presente exposição, porém sua leitura é indispensável para o aprofundamento do contexto histórico do envolvimento de Florestan Fernandes nos debates da reforma universitária. Além disso, este livro localiza a radicalização socialista de seu pensamento quanto ao papel da universidade brasileira.

A pedagogia socialista de Florestan Fernandes

Uma perspectiva pedagógica socialista só pode ser elaborada em termos concretos e históricos das fases da luta de classes, tendo em vista processos revolucionários de transformação da ordem capitalista. Assim, Florestan Fernandes irá distinguir entre dois grandes momentos interconexos: no primeiro momento, o da luta anticapitalista situada ainda dentro do capitalismo, a educação socialista tem o objetivo de desenraizar o trabalhador e as massas despossuídas de qualquer vínculo com a ordem capitalista. No segundo, quando se avança na transição ao socialismo, a educação deve ser encarada como uma forma de desenvolvimento *omnilateral* da personalidade humana, como uma abolição das hierarquias entre os trabalhos manual e intelectual contra a especialização alienante das atividades produtivas; enfim, como a construção de uma verdadeira comunidade humana. Esse segundo momento seria o mais rico em termos da construção de uma autêntica pedagogia socialista e expressa a aproximação de Florestan Fernandes com as concepções humanistas de Marx, presentes nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844. A sociedade capitalista empobrece culturalmente o trabalhador por vinculá-lo apenas a um tipo de atividade. No socialismo, o desenvolvimento *omnilateral* da personalidade humana exige que o trabalho não seja uma imposição externa, capaz de gerar autoestranhamento e alienação, mas que, por meio das atividades produtivas, os indivíduos possam se construir como seres humanos vivendo em suas relações interpessoais e, ao mesmo tempo, de modo que seu tempo livre não seja uma projeção de condições alienantes da produção social.⁷

Quanto ao primeiro momento da luta de classes, o da luta socialista ainda dentro da ordem capitalista, numa palestra intitulada *Socialismo e Educação*, proferida em 15 de agosto de 1987, Florestan Fernandes discorre sobre o papel ideológico das instituições educacionais na identificação do trabalhador como mero fator de produção:

[...] a escola, por mais avançada e esclarecida que seja, não procura desenraizar o trabalhador. Ao contrário, ela tenta promover a integração do trabalhador à sua condição de agente da força de trabalho. Tenta conformá-lo a essa condição, e o capitalismo monopolista conseguiu levar isso longe porque, na sociedade de classes atual, existem várias compensações que tornam o trabalhador mais ou menos tolerante à aceitação dessa condição (Fernandes, 1991, p. 228).

⁷ O socialismo, ou marxismo humanista de Florestan Fernandes, pode ser aprofundado pela leitura da seção intitulada "Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana", contida em sua introdução dos escritos de Marx e Engels sobre a história para a coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da qual foi coordenador (Fernandes, 1989a, p. 22-29). Este texto sintetiza a base filosófica da concepção pedagógica socialista, libertária e humanista de Florestan Fernandes, aproximando-o bastante das tradições antistalinistas de intelectuais marxistas do Leste Europeu que, como István Mészáros, recuperaram a teoria da alienação de Marx para se contrapor às formas de opressão burocrática das classes trabalhadoras.

Em outras palavras, uma pedagogia socialista só se torna efetivamente possível no processo histórico de construção do socialismo ou em aparelhos educacionais construídos e autogeridos pelos próprios trabalhadores, de forma autônoma em relação aos poderes do Estado capitalista-burguês. Um exemplo atual é a Escola Nacional Florestan Fernandes, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, onde a prática pedagógica se desenvolve em condições livres e igualitárias entre mulheres e homens, educandos e educadores (sem as distinções hierárquicas das instituições tradicionais de ensino), combinando educação e atividade produtiva. Uma educação nesses termos se torna impossível nas instituições oficiais, mas daí não se depreende que as disputas hegemônicas por orientações mais inclusivas e democratizantes em seu interior sejam desnecessárias. Sem tomar a nuvem por Juno, os avanços democráticos nos aparelhos educacionais de hegemonia do Estado capitalista-burguês são uma bandeira de luta que deve estar atrelada ao fortalecimento dos movimentos de massas e à organização política das classes trabalhadoras. Em um processo de destruição da ordem social da exploração e reconstrução de uma sociedade livre e igualitária, os avanços democráticos já conquistados nesses aparelhos educacionais contribuirão para os objetivos de autoemancipação popular e dos trabalhadores.

Por fim, a síntese mais acabada da perspectiva pedagógica socialista e libertária de Florestan Fernandes encontra-se num breve artigo escrito em 1989, intitulado “A escola e a sala de aula” (Fernandes, 2020a, p. 47-51). Inspirando-se no livro *O mestre camarada e a pedagogia libertária*, de Jakob-Robert Schmid (1936), educador suíço influenciado pelo anarquismo, Florestan Fernandes propõe alguns elementos gerais de uma prática pedagógica revolucionária. O livro de Schmid, originado de sua tese de doutorado, relata as experiências educacionais de uma escola no bairro operário de Hamburgo, no norte da Alemanha, durante a República de Weimar, ou seja, antes da ascensão do nazismo. Tratava-se de uma escola autogerida pelos estudantes, na qual o currículo e o programa de estudos eram montados livre e democraticamente. O professor era uma espécie de coordenador dessas decisões coletivas. Os professores poderiam ser membros da comunidade, operários. Por exemplo, se o coletivo quisesse estudar as propriedades físicas dos metais, um operário metalúrgico poderia ser convidado para falar do seu trabalho e demonstrar, na prática, como as coisas funcionam. Havia situações de conflito em que o professor, o mestre-camarada, não conseguia controlar a turma e, assim, os próprios estudantes se encarregavam de criar as regras coletivas de comportamento na sala de aula, livremente. Uma pedagogia socialista só pode ser experimentada num ambiente escolar autogerido pelos próprios educandos, filhas e filhos das classes trabalhadoras e das massas populares em luta pela autoemancipação.

É muito significativo que, muito tempo depois, Florestan Fernandes (2020a, p. 26; lembrando que a primeira edição de *O desafio educacional* data de 1989) mencione o impacto dessa leitura como tendo grande importância na definição de sua perspectiva pedagógica. O artigo “A escola e a sala de aula” se inspira diretamente na influência anarquista, via Schmid, das concepções pedagógicas do sociólogo paulistano. Ao mesmo tempo, nosso autor sempre irá situar em solo histórico concreto os elementos definidores

de uma prática pedagógica socialista e libertária. Não bastava incorporar as ideologias socialistas, marxistas e anarquistas. Tais ideias devem ser inseridas levando-se sempre em conta as circunstâncias de luta em cada contexto específico. Por isso, para Florestan Fernandes, uma autêntica educação emancipadora, nas situações originárias da violência colonial e submetidas ao capitalismo dependente, seria aquela que passa por um processo de descolonização das mentes e dos corações. Em uma síntese lapidar, irá articular os elementos centrais constitutivos de sua filosofia educacional socialista:

é preciso construir uma escola autossuficiente e autônoma, capaz de crescer por seus próprios dinamismos. Conferir à sala de aula a capacidade de operar como o *experimentum crucis* da prática escolar humanizada, da liberação do oprimido, da descolonização das mentes e dos corações dos professores e alunos, da integração de todos nas correntes críticas de vitalização da comunidade escolar e da transformação do ambiente social (Fernandes, 2020a, p. 49).

Assim, uma escola não descolada da realidade, mas imersa nos fluxos de reconstrução da vida social, portanto, não alienada politicamente, estando inserida nas lutas pela autoemancipação do trabalho, representaria a realização máxima do ideário educacional de Florestan Fernandes. No dizer dos clássicos do marxismo, o socialismo não seria um ideal de sociedade perfeita a ser alcançado pela humanidade e sim o movimento real, concreto e histórico que procura abolir o estado atual de coisas sob as condições do modo de exploração capitalista. Uma pedagogia socialista se realiza como uma construção prática, em que a dissolução da sociedade de classes passa a permitir a abolição da divisão entre os trabalhos intelectual e manual. Todos seriam educados por meio do e no *trabalho*, estando as escolas integradas às suas comunidades, com a ressalva de que não se trata do trabalho alienado e autoestranhado das relações capitalistas de exploração e expropriação da mais-valia gerada pelos trabalhadores. Esses seriam os termos exatos da concepção pedagógica socialista de Florestan Fernandes, a qual resulta de sua síntese como militante da escola pública e pensador marxista.

À guisa de conclusão

A militância política e intelectual de Florestan Fernandes nas causas da educação pública e por uma pedagogia libertária possui raízes em sua origem *lumpen*, mas também decorre de sua convicção teórica que a sociologia e as demais ciências sociais podem contribuir nos processos de mudança social democráticos. Não há dúvidas de que, apesar de sua formação como sociólogo, Florestan Fernandes alcança também a estatura de um educador e filósofo da educação, ao lado de nomes, aliás, seus amigos, como Anísio Teixeira e Paulo Freire. A modéstia que lhe era característica fazia com que não se pensasse nessa condição privilegiada de educador, mas suas ideias nos permitem pensá-lo como um socialista,

marxista, pedagogo da revolução. De igual modo, os educadores nos trazem contribuições fundamentais para uma prática comprometida, autêntica e desalienante das ciências sociais. Isso é um sinal de que o pensamento inventivo, democrático e revolucionário não se confina em estreitos horizontes disciplinares. A obra de Florestan Fernandes é um exemplo de que educadores e cientistas sociais devem trabalhar conjuntamente e que, muitas vezes, essas duas figuras podem conviver harmonicamente em uma única e mesma pessoa.

Referências

BARROS, Roque Spencer (org.). *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Pioneira, 1960.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2007b.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007c.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Globo, 2008. v. 2.

FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976a.

FERNANDES, Florestan. Educação e socialismo. In: SECCO, L; SANTIAGO, C. (org.). *Um olhar que persiste: ensaios críticos sobre o capitalismo e o socialismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976b.

FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: FERNANDES, F. (org.). *Marx/Engels: história*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989a.

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Expressão Popular, 2020a.

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989b.

Educadoras e educadores brasileiros

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2020b.

MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)*. Taubaté: Cabral, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Florestan Fernandes e a educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 71-87, abr. 1996.

SCHMID, Jakob Robert. *Le maître-camarade et la pédagogie libertaire: étude historique et critique*. Paris: Editions Delachaux et Niestlé, 1936.

SILVEIRA, Paulo. Um publicista revolucionário. In: D'INCAO, M. A. (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987. p. 287-291.

SOARES, E. et al. (org.). *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil*. Chapecó: Marxismo 21, 2021.

VILLALOBOS, João. *Diretrizes e bases da educação: ensino e liberdade*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Este livro nasceu do compromisso deixado pelos dois maiores idealizadores da Universidade de Brasília, que são referências para todos nós: Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Eles tinham o objetivo de fazer da UnB uma grande referência no papel de pensar o Brasil, pautar os temas nacionais e ajudar a buscar soluções para transformar a realidade do povo brasileiro. Trata-se de um livro que resulta do curso de extensão intitulado Educadoras e educadores brasileiros: do centenário de Paulo Freire aos 60 anos da UnB, ofertado em 2021, quando o Brasil e o mundo estavam imersos na maior crise sanitária do nosso tempo: a pandemia de covid-19. Estávamos em busca de caminhos, enfrentando o negacionismo daqueles que deveriam estar à frente dos problemas, o qual trouxe graves consequências, vitimando mais de 700 mil vidas e deixando sequelas graves para a sociedade como um todo. O referido curso de extensão tratou da vida, da obra e das contribuições de educadoras e educadores do Brasil, que foram e são tão importantes para nos ajudar a pensar em caminhos, propostas, ações e políticas para os diferentes problemas do país, em sua imensa riqueza cultural, de modo a combater e reverter suas desigualdades. É um livro que, assim como a UnB, está comprometido com um novo amanhecer, em um país mais inclusivo, participativo, multicultural, democrático e sustentável.

EDITORA

